

## 11 DE ABRIL DE 2023 17ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: PAULA DA BANCADA FEMINISTA, GILMACI SANTOS e CONTE LOPES

### RESUMO

#### PEQUENO EXPEDIENTE

1 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA Assume a Presidência e abre a sessão.  
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO Por inscrição, faz pronunciamento.  
3 - GILMACI SANTOS Assume a Presidência.  
4 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA Por inscrição, faz pronunciamento.  
5 - GUILHERME CORTEZ Por inscrição, faz pronunciamento.  
6 - ANDRÉA WERNER Por inscrição, faz pronunciamento.  
7 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS Por inscrição, faz pronunciamento.  
8 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.  
9 - PAULO MANSUR Por inscrição, faz pronunciamento.  
10 - CONTE LOPES Assume a Presidência.  
11 - CAPITÃO TELHADA Por inscrição, faz pronunciamento.  
12 - VITÃO DO CACHORRÃO Por inscrição, faz pronunciamento.  
13 - MAJOR MECCA Por inscrição, faz pronunciamento.  
GRANDE EXPEDIENTE  
14 - EDUARDO SUPLYCY Por inscrição, faz pronunciamento.  
15 - DONATO Por inscrição, faz pronunciamento (aparteado pelo deputado Eduardo Suplicy).  
16 - PRESIDENTE CONTE LOPES Tece comentários aos pronunciamentos dos deputados Donato e Eduardo Suplicy.  
17 - EDIANE MARIA Por inscrição, faz pronunciamento.  
18 - RÔMULO FERNANDES Por inscrição, faz pronunciamento.  
19 - SOLANGE FREITAS Por inscrição, faz pronunciamento.  
20 - PAULO MANSUR Por inscrição, faz pronunciamento.  
21 - PROFESSORA BEBEL Pelo art. 82, faz pronunciamento.  
22 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS Pelo art. 82, faz pronunciamento.  
23 - SIMÃO PEDRO Pelo art. 82, faz pronunciamento.  
24 - EDUARDO SUPLYCY Para comunicação, faz pronunciamento.  
25 - DR. EDUARDO NÓBREGA Pelo art. 82, faz pronunciamento.  
26 - SIMÃO PEDRO Para comunicação, faz pronunciamento.  
27 - SIMÃO PEDRO Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.  
28 - PRESIDENTE CONTE LOPES Defero o pedido. Convoa os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 12/04, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.  
\* \* \*  
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Paula da Bancada Feminista.  
\* \* \*  
- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

A SRA. PRESIDENTE - PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Os oradores inscritos no Pequeno Expediente de hoje, deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidenta, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, saúdo aqui a nossa Presidência em exercício, deputada Monica, hoje, Srs. Deputados, nós tivemos uma grande atividade dos movimentos de moradias da cidade e da Grande São Paulo, a qual a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo... nós iniciamos um ato que saiu da Praça Ramos de Azevedo em direção à CDHU, apresentando uma pauta de reivindicação dos movimentos.

Primeiro, tratando dos cem dias do governo Tarcísio, que pouco se fez em relação à habitação do estado de São Paulo. Então, aqui é uma carta endereçada ao governador Tarcísio de Freitas, também ao secretário de Habitação, Marcelo Branco, entregue hoje na CDHU. Então, está aqui:

“A União dos Movimentos de Moradias da Grande São Paulo e Interior, UMM-SP, é uma organização que há 35 anos reúne movimentos de moradia do estado de São Paulo, das diversas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto e Baixada Santista, e diversos municípios no interior do Estado.

Atuamos junto às famílias sem-teto, favelados, encortiçados, moradores de área de risco, mitrantes na luta pelo direito à moradia e à cidade. Nesse sentido, queremos apresentar um conjunto de propostas e reivindicações abaixo a essa nova gestão, ao governo do estado de São Paulo.” Tantas reivindicações apresentadas aí para o governador.

“Primeiro, construir políticas articuladas na área de Habitação, que apresenta quais são as propostas em cada uma das regiões do Estado. Recuperar o papel da CDHU como agente central da execução da política de habitação do estado de São Paulo.”

O governo passado trabalhou numa perspectiva de privatizar a CDHU no estado de São Paulo e, aqui, a proposição para que ela seja retomada para a construção de moradias do interesse social no estado de São Paulo.

“Terceira: criação de um programa de produção habitacional por autogestão.” A União já apresentou a Lei 9.142/95 para que fosse feito um projeto de condição de habitação por autogestão. Hoje nós temos vários movimentos na cidade de São Paulo, na Grande São Paulo, que já atua com autogestão, com vários empreendimentos e com várias unidades já entregues no estado de São Paulo. “Uma política, um fundo e um Conselho Estadual de Habitação”. Então é importante que exista, por parte do Governo do estado de São Paulo, um fundo, um recurso para construção dessas habitações.

Na cidade de São Paulo hoje já criamos o “Pode Entrar”. O “Pode Entrar” tem recurso no orçamento municipal para a produção de moradia de interesse social, e queremos construir esse mesmo procedimento aqui no estado de São Paulo, inclusive com um fundo e um Conselho Estadual de Habitação. A condição do sistema estadual cidades.

Outro ponto e sexto item: “aportes estaduais para empreendimentos do ‘Minha Casa, Minha Vida’ e entidades que têm alguns empreendimentos apresentados: Martin Luther King; Dorothy Stang; Jerônimo Alves; Milton Santos; Santa Zita; Santa Sofia; Santa Teresinha; Major, lá em Limeira; Muro Azul, em Americana. Novos empreendimentos seriam selecionados na retomada do programa ‘Minha Casa, Minha Vida’”. Uma parte já foi retomada agora com a gestão do presidente Lula, mas tem ainda empreendimentos a serem executados.

“Construir uma política de despejo zero no estado de São Paulo, para uma política de urbanização de favelas e regularização fundiária. Programa para cortiços e moradia nas áreas centrais.

Enfrentamento ao risco de mudanças climáticas” - tem aqui uma série de propostas em relação a esse item. “Atendimento aos idosos” - nós reivindicamos atendimento a famílias de idosos em todos os programas do governo estadual, respeitando o Estatuto do Idoso - “e a ampliação das Vilas de Dignidade.”

“Conjuntos da CDHU” - então aqui reivindicamos um programa contínuo para a regularização desses conjuntos habitacionais. “A articulação com órgão estadual de licenciamento e aprovação” - que hoje dificulta muito, tanto em relação à Cetesb como a Sabesp e a Enel, tem dificultado o processo de regularização dos empreendimentos, dos projetos habitacionais no estado de São Paulo.

E algumas soluções rápidas que tem que ser apresentadas, como o caso de “extensão de área remanescente no CDHU, na Brasilândia; a destinação de área estadual localizada na Rua Jurupuchita; implementação dos empreendimentos do Campo Limpo; destinação ou permuta do terreno do Campo Limpo (Inaudível.); destinação dos terrenos da Rua Ouvidor; da regularização do Conjunto Praia Grande; continuação da revitalização do quarteirão da Rua Conde de São Joaquim; recuperação da estrutura e caixa d’água no projeto da Rua Bucolismo; articulação de Secretaria de Segurança Pública para (Inaudível.) o conflito fundiário nessas áreas; e destinação de áreas a projetos sociais da União de Luta da Gleba Itaquera B.

Sr. Presidente, queria solicitar que esta mesma carta que foi encaminhada hoje com as reivindicações ao presidente da CDHU fosse encaminhada também ao secretário de Habitação e ao governador da cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Gilmaci Santos.

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado. Será feito à maneira regimental. Será encaminhado, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os deputados e deputadas, a todas as pessoas que nos acompanham pela galeria e pela TV Alesp, aos trabalhadores desta Casa.

Bom, queria dizer, em primeiro lugar, Sr. Presidente, que hoje eu estive na assembleia dos servidores municipais do município de São Bernardo do Campo, que suspendeu a greve - na verdade, o movimento de rua - e decidiu continuar em estado de greve até o dia 25 porque o prefeito, Orlando Morando, felizmente, depois de muita pressão, depois de uma greve que existe desde o dia 27 de março na cidade, resolveu abrir negociação com os trabalhadores, com os servidores municipais.

Está marcada para o dia 25 a Mesa de negociação. As reivindicações dos trabalhadores são muito simples: eles reivindicam a melhora do serviço público da cidade, inclusive com a contratação de mais servidores, para além do reajuste salarial que é de 18%, reivindicado pela categoria. E o prefeito encaminhou para a Câmara Municipal um reajuste de sete por cento.

Então os trabalhadores reivindicam o verdadeiro reajuste salarial. Dizem que é importante dizer que a situação, infelizmente, dos trabalhadores, inclusive dos guardas civis metropolitanos, dos trabalhadores e trabalhadoras da limpeza, da biblioteca é muito precária no município. Então, é fundamental que o prefeito Orlando Morando escute os trabalhadores, faça uma negociação como deve ser feita.

E eles já avisaram que se dia 25 a negociação não começar e não for feita efetivamente, a greve volta. Então o movimento de rua está suspenso, o estado de greve continua. Vim aqui prestar a nossa solidariedade e também pedir que o prefeito Orlando Morando negocie com os trabalhadores, conforme agendado no dia 25 de abril deste ano.

Bom, Sr. Presidente, quero dizer também que ontem o governo federal e o governo estadual completaram 100 dias. E falando sobre serviço público, a gente não pode deixar de dizer que foi ontem também que o governador Tarcísio anunciou o início dos estudos para a privatização - como ele já vinha falando - da Sabesp, mas também da privatização de todas as linhas da CPTM, e realmente isso é uma coisa que não entra na minha cabeça.

Não entra na minha cabeça porque, conforme pesquisas divulgadas inclusive pelo Datafolha, a maioria da população é contra a privatização da Sabesp. Sabe que a privatização da Sabesp vai significar a precarização do serviço público e quem é da periferia sabe que, infelizmente, a gente tem um problema muito grave no fornecimento de água e esgoto e que não é a privatização que vai resolver isso.

Não vai resolver isso porque todas as cidades do mundo que fizeram a privatização da água estão voltando atrás na ideia da privatização. Então nós lutaremos, esta Casa lutará sim e nós seremos parte disso pela garantia de uma Sabesp pública que faça água e esgoto chegarem em todos os lugares do estado de São Paulo.

Mas também a privatização dos trens, que é algo já divulgado e de todas as linhas da CPTM, o início dos estudos pelo governador do estado de São Paulo; nós sabemos que também não vai ser a solução.

Toda vez, todo dia, toda semana, um parlamentar da oposição sobe aqui para clamar para os outros deputados, para clamar para o governador do estado de São Paulo que, por favor, olhe com atenção para a situação da Linha 8 e 9 da CPTM.

É trem descarrilhando, pega fogo, as pessoas têm que andar no meio da via. Não é possível. Garantir a privatização das outras linhas da CPTM inclusive significa precarizar ainda mais o serviço público de trem e transporte aqui no estado de São Paulo.

Nós não aceitaremos isso. É fundamental que nós atuemos e nós atuemos com muita força para garantir que o estado de São Paulo, o seu patrimônio público não seja... Como eu ia dizendo, é fundamental garantir que o estado de São Paulo não seja completamente liquidado.

O governador Tarcísio passou boa parte do tempo das últimas semanas, inclusive com todas as dificuldades aqui, com ataque às escolas, tudo isso, o governador ficou na Europa tentando vender o nosso patrimônio público. Nós lutaremos para que o patrimônio público do estado de São Paulo não seja liquidado. Por isso, inclusive hoje, peço que todos acompanhem.

Nós faremos uma audiência pública aqui, um evento de diversos parlamentares contra a privatização das linhas do trem, do Metrô, da CPTM e nós estaremos aqui então, a partir das seis da tarde, no Plenário Tiradentes, conversando e debatendo com os trabalhadores do transporte, que são parte dos maiores interessados na manutenção de um transporte público, de um transporte de qualidade no estado de São Paulo, debatendo essa questão.

Deixo o convite para todo mundo na esperança que esta Casa também atue fortemente contra a precarização do serviço público em todo o estado de São Paulo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente. Boa tarde, deputados, deputadas, todos os trabalhadores desta Casa e a população que nos assiste aqui das galerias ou pela TV Assembleia. Sr. Presidente, eu quero começar usando esta tribuna para falar sobre três cidades do estado de São Paulo onde estão acontecendo movimentos grevistas por parte dos servidores municipais.

São as cidades de São Bernardo do Campo, que a deputada Paula que me antecedeu já mencionou aqui - ela esteve hoje mais cedo na mobilização da categoria -, a cidade de Ribeirão Preto, perto da minha região de Franca, e a cidade de Bauru.

Nessas três cidades os servidores municipais, que são aqueles trabalhadores e trabalhadoras que são responsáveis por atender serviços que são direitos essenciais para a população, o enfermeiro, que trabalha na unidade básica de saúde, a professora, que trabalha na escola municipal, a assistente social, o guarda civil municipal, esses trabalhadores estão reivindicando nada mais que seus direitos, o que é deles por direito; reposição das perdas, do período de inflação, reajuste salarial, melhores condições de trabalho e contratação de novos quadros porque a realidade do servidor público hoje no estado de São Paulo e nas redes municipais é de sobrecarga das suas atividades.

Os servidores municipais de São Bernardo do Campo, Ribeirão e Bauru estão em luta para que as prefeituras municipais concedam o que é deles por direito. A greve é um direito do trabalhador brasileiro, que está assegurado pela Constituição. Nenhum servidor público que eu conheço gostaria de precisar fazer greve.

Digo isso porque sei que todos os servidores públicos do estado de São Paulo, do serviço estadual ou do serviço municipal, sabem o impacto que tem um movimento de paralisação, um movimento de greve na sua cidade.

Mas a greve, muitas vezes, é a última alternativa, é o único meio para que os patrões, ou para que os governos, escutem a reivindicação da categoria. Não à toa o prefeito Orlando Morando, de São Bernardo do Campo, só aceitou negociar com a categoria dos servidores municipais de São Bernardo depois do início do movimento de greve. Hoje a categoria suspendeu a greve, entrou em estado de greve, para aguardar o procedimento das negociações.

A mesma coisa em relação aos servidores municipais de Ribeirão, a mesma coisa em relação aos servidores de Bauru, que estão em luta. Então quero dizer aqui: servidor público é quem garante o acesso da população aos seus direitos essenciais.

Nada mais justo que esses trabalhadores e trabalhadoras sejam remunerados adequadamente, tenham condições adequadas de trabalho. Para isso, espero que a Prefeitura de São Bernardo, a Prefeitura de Bauru e a Prefeitura de Ribeirão Preto aceitem discutir e negociar condições de trabalho dignas para as suas categorias.

Quero deixar aqui todo o nosso apoio e a nossa força para as categorias de servidores municipais de Ribeirão, de Bauru e de São Bernardo nesse processo de luta.

Vindo para cá, presidente, recebi a notícia de mais um atentado contra escola no País. Algumas semanas atrás a gente estava lamentando aqui o atentado bárbaro que aconteceu na cidade de São Paulo, no bairro da Vila Sônia. Semana passada usei desses microfones para falar do atentado que aconteceu em Blumenau. É alarmante que esteja se tornando uma epidemia a violência nas escolas e em creches no estado de São Paulo e no Brasil.

Nas últimas semanas o meu mandato recebeu dezenas, dezenas de denúncias, de ameaças, de atentados e de massacres em escolas, creches e universidades. Muitos desses são para espalhar o pânico.

Mas, para evitar que qualquer uma dessas ameaças se concretize, a gente oficiou à Secretaria de Educação e à Secretaria de Segurança Pública para perguntar o que o governo estadual está fazendo para prevenir esse tipo de ação e para investigar essas ameaças.

A gente não pode tratar um problema tão grave com soluções simplistas. A gente falar que vai colocar um policial na porta de cada escola sendo que muitas escolas no estado de São Paulo não têm nem inspetor, não têm nem o número adequado de professores, não têm agentes de organização escolar, é uma visão de quem não conhece a realidade da escola pública no estado de São Paulo, que são professores e diretores que quando têm qualquer problema dentro da sala de aula, ou no pátio da escola, são as pessoas que são chamadas para resolver.

Achar que nesse quadro a gente vai conseguir garantir a segurança nas escolas colocando um policial em cada escola é um grande desconhecimento.

A gente precisa cortar na raiz esse problema, presidente. Se hoje a gente tem grupos de ódio que estão se articulando, disseminando discurso preconceituoso, discurso intolerante, discurso de propagação da violência contra as nossas escolas, a gente precisa de investigação.

A gente precisa de que a Polícia Civil seja mobilizada para investigar esses grupos e cortar na raiz, para que nenhum desses grupos que hoje se articulam na internet - e que infelizmente nos últimos anos cresceu muito, segundo as pesquisas, a organização desses grupos - que nenhum deles possa voltar a ameaçar escolas, creches e faculdades, nem no estado de São Paulo, nem no Brasil.

Porque educação e porque escola não é um lugar para se sentir medo. É um absurdo que além de todas as dificuldades que quem trabalha com educação no Brasil enfrenta e que quem estuda na escola pública no Brasil enfrenta, essas pessoas também tenham que sentir medo em ir para a escola.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputada Andréa Werner.

A SRA. ANDRÉA WERNER - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, boa tarde a todos e todas, boa tarde aos trabalhadores dessa Casa, quem está nos assistindo aí de cima.

Eu vim hoje falar sobre os decretos que o governador Tarcísio anunciou em um evento para umas mil pessoas, no dia 6, na semana passada, lá no Palácio dos Bandeirantes, que são relacionados à pessoa no transtorno do espectro do autismo, que é o caso do meu filho de 15 anos.

Quando a gente olha superficialmente para os decretos, eles parecem uma coisa bacana, e foi a minha impressão, inclusive, lá no evento. Inclusive teve um discurso do secretário Feder sobre a educação inclusiva, que me deixou empolgada, que me deixou feliz, mas o problema é que quando a gente saiu de lá, primeiro que eu demorei muito a ter acesso ao material, eu só fui ter acesso a esse material 24 horas depois; quando ele saiu no Diário Oficial.

E tem uma coisa que eu também queria falar, relacionada a antes disso. Eu já sabia que esse decreto ia sair três semanas antes, e eu fiquei três semanas oferecendo ajuda, querendo ter acesso ao material.

Final de contas, o meu gabinete é sobre isso, o meu gabinete é formado por pessoas autistas, pessoas com deficiência, mães de pessoas autistas e especialistas no direito da pessoa com deficiência.

Mas a gente não teve retorno, a gente não conseguiu ter acesso a esse material e não aceitaram a nossa ajuda para pelo

menos dar uma olhada nesse material e ver se tinha alguma coisa que estava ali fora da lei brasileira de inclusão, fora da convenção do direito das pessoas com deficiência.

Pois bem. Quando a gente teve acesso a esse material que saiu no Diário Oficial, o que a gente viu foi um pouco preocupante e, na verdade, mostra o que vem se desenhando no estado de São Paulo, que a gente viu acontecer no município de São Paulo recentemente, que é uma dificuldade de as crianças autistas conseguirem incluir as suas mediadoras escolares dentro da sala de aula.

A Prefeitura, recentemente, soltou uma instrução normativa via Coped impedindo as entradas das ATs, que são as acompanhantes terapêuticas das crianças autistas, dentro da sala.

O que a gente viu nesse decreto, principalmente da educação, é que quem vai decidir se a criança autista precisa de suporte, e por suporte eu estou falando da acompanhante terapêutica, de um mediador para ajudar a professora dentro da sala de AEE, no contraturno, de qualquer tipo de adaptação de material quem vai decidir é a Secretaria da Educação.

Parece uma coisa bacana, num mundo perfeito, mas a gente não está num mundo perfeito. O que a gente tem visto acontecer em prefeituras no interior do Estado é que quando essa decisão fica a cargo da Secretaria da Educação os direitos são negados. Sempre se pega uma criança com deficiência autista ou com qualquer outro tipo de deficiência e se fala que não, que não precisa contratar ninguém, que aquela criança não precisa de suporte porque o objetivo é economizar, é não contratar o profissional para poder dar auxílio para aquela criança.

Então, estão recusando os laudos, os relatórios de equipes multidisciplinares daquela criança que dizem que sim, aquela criança precisa de um auxílio dentro da sala de aula, porque a Secretaria da Educação daquele município está dizendo que não, a criança não precisa, porque não quer contratar o profissional.

Esse decreto diz exatamente isso, que agora quem vai decidir se a criança precisa ou não de suporte é a Secretaria da Educação. Então isso me preocupa muito porque a gente tem visto esse filme repetidamente.

Foram mais de 200 denúncias em um mês de mandato de falta de acessibilidade educacional em todos os municípios do Estado, com a mesma questão: as prefeituras estão negando suporte porque a Secretaria da Educação diz que a criança não precisa de suporte.

E é exatamente isso que esse decreto está trazendo, a decisão vai ficar na mão da Secretaria da Educação. A gente já sabe que o que vem por aí é bem preocupante. No dia seguinte desse decreto, a gente já viu mães tendo liminares negadas porque estavam pedindo suporte para os filhos autistas por causa do decreto, porque agora quem vai decidir é a Secretaria da Educação.

Outra coisa que me preocupa é que eu venho conversando, conversei com o secretário Kassab, porque a gente teve uma ação civil pública que beneficia cerca de 80 mil autistas no Estado que foi derrubada judicialmente, recentemente.

E por causa dessa ação civil pública, esses autistas têm acesso à educação especializada aqui no Estado. Eles só têm acesso a essas escolas porque elas são conveniadas pelo Estado por causa da ação civil pública. Agora que ela foi derrubada, essas famílias estão sem saber para onde elas vão.

Eu entendo que essas escolas especializadas muitas vezes extrapolam sua função, elas fazem o papel de assistência social, mas se a gente tirar essa escola especializada dessas famílias, o que a gente está dando em retorno? A gente está dando assistência social, a gente está dando Centro Dia?

Então essas famílias vão ficar desamparadas, e nesse decreto não veio nada, não veio uma linha falando no que a gente vai poder dar para essas famílias, na ação civil pública, para poder resolver essa questão de uma possível falta dessas escolas especializadas.

Não foram consultadas as famílias, não foram consultados as professoras e os professores, que são os que sofrem, em segundo lugar, depois da criança. Quem mais sofre quando tem uma criança autista sem apoio dentro da sala de aula é o professor, que tem que dar conta de 35 alunos e mais uma criança com deficiência, que está sem apoio.

Não se consultaram professores, não se consultou a sociedade civil, não se consultaram as pessoas com deficiência, não ouviram o gabinete que eu ofereci várias vezes. A gente tem especialistas em direito da pessoa com deficiência lá. Agora a gente está vendo o que a gente consegue fazer para dar uma concertada nesse decreto, para que as famílias sofram menos impactos disso.

A gente tem recebido muitos contatos de famílias que estão preocupadas com isso e o que a gente espera é que nas próximas vezes o governo escute. A gente tem gabinetes aqui de pessoas que estão interessadas na causa da pessoa com deficiência, a gente tem especialistas em direito da pessoa com deficiência.

Não dá para deixar passar uma oportunidade de ouvir essas pessoas, de ouvir as famílias, de ouvir os especialistas, de ouvir a sociedade, de ouvir os professores para que a gente não passe um aperto igual a gente está passando agora, com liminares caindo por causa de um decreto equivocado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputada Monica Seixas do Movimento Pretas.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, boa tarde, colegas. Hoje eu venho falar mais uma vez de sombra de terrorismo e dor que assombra as escolas brasileiras neste momento.

Esses dias eu tenho passado madrugada acordada, conversando com mães, pais, pessoas completamente assustadas, e assustadas ainda mais porque tem gente de má-fé que aproveitava a situação para espalhar fake news e assustar ainda mais as pessoas em um momento que já é bastante difícil.

Quero me solidarizar com professoras e professores, agentes de organização escolar, merendeiras, faxineiras e todo o pessoal da escola pública que está assustado. Quero me solidarizar com mães, pais, cuidadores de crianças, avós e demais responsáveis pela agonia de estar vivendo esse momento, mas eu quero falar também de coisa séria.

Se os terroristas comemoram nos assustar, eles estão comemorando muito essa onda de fake news que fica circulando de WhatsApp em WhatsApp, que tem assustado mães e pais, impedindo-os de levar seus filhos na escola. Primeiro, eu quero falar sobre o que você deve fazer se você acha que tem uma ameaça à escola do seu filho.

Eu acho que a primeira coisa, antes de repassar um áudio de WhatsApp ou uma desinformação para frente que pode assustar mais pessoas, é conversar com a direção da escola do seu filho. A direção da escola do seu filho vai saber orientar se aquele áudio, se aquela mensagem tem lastro na realidade, antes de você repassar e assustar mais gente.

Se não tem lastro na realidade, não repasse; assusta mais pessoas. Se tem lastro na realidade, procure uma delegacia imediatamente. Entregue prints, entregue links, entregue tudo disponível. O governo federal também abriu um canal de denúncias para quem está encontrando na rede social ameaças. É um canal para denúncias, mas você também pode entregar na delegacia links, prints etc.

Depois disso, é preciso que mães e pais, infelizmente, conversem com seus filhos e deixem o canal aberto para, em caso de disputa, de atrito, de briga, de violência, em casa que gente possa saber também para monitorar. Por fim, apoio e faça parte da comunidade escolar do seu filho.

A escola tem muito o que dizer, professoras e professores têm muito o que dizer, mas neste momento também a política precisa dizer e precisa responder. É por isso que a gente está, a partir de uma conversa com as famílias, com os estudantes,